



**PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL**  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

## **FORMULÁRIO PADRÃO**

**TEMA A SER TRATADO:**

☒ Alteração

☐ Esclarecimento/Dúvida

☒ Acréscimo

NOME COMPLETO: 45ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA E DEFESA MEIO AMBIENTE

ENDEREÇO: AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 550. PETRÓPOLIS. NATAL/RN

INSTITUIÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

E-MAIL: 45pmj.natal@mprn.mp.br

TELEFONE: (84) 3232.1592

**DESCRIÇÃO SUCINTA DA PROPOSTA:**

O Ministério Público, pela 45ª Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente, em razão dos estudos ambientais da Zona de Proteção Ambiental 9 – Rio Doce já realizados pela equipe de peritos da UFRN/FUNPEC, **reitera o Zoneamento proposto no laudo**, em especial na manutenção das áreas classificadas como Subzona de Preservação (SP) mais adequadas às características ambientais do local e alteradas, no Ante projeto de Lei de 2015 e revisado em 2016, para a classificação de Subzonas de Conservação 2, Subzonas de Conservação 3 e Subzonas de Conservação 7.

Segue, anexo ao presente formulário, documento contendo o detalhamento da contribuição ministerial no tocante ao zoneamento proposto para a ZPA 9 e ao texto do Anteprojeto de Lei.

**INCLUIR ANEXOS:** ☒ SIM ☐ NÃO

## **ANEXO I - Apontamentos ao texto do Anteprojeto de Lei Revisado:**

- **Supressão dos parágrafos do art. 6º, pelos seguintes motivos:**

Nos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 6º a proposta faz referência às obrigações relativas ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, mencionando, inclusive prazos. Sustenta-se que a lei que regulamenta a proposta não pode entrar nessa seara, estabelecendo prazos, tendo em vista que cada situação precisa ser analisada no caso concreto, diante dos preceitos constitucionais e da Legislação Federal, em especial a Lei 6938/81 I que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA. O § 3º do art. 6º pode ensejar contrariedade à legislação federal, em especial ao Código Florestal em vigor.

- **Acréscimo de expressão no art. 8º:**

Acrescentar no art. 8º, que fala das atividades potencial ou efetivamente degradadoras a expressão tais como, para deixar claro que o rol é exemplificativo e não taxativo, tendo em vista que muitas outras atividades são proibidas mas não constam no rol.

- **Supressão de parte do art. 12:**

Defende-se que na redação do art. 12 deve ser suprimido o que está escrito após legislação federal, estadual e municipal, por ferir a legislação federal existente e a hierarquia obrigatória da mesma.

- **Acréscimo no art. 16:**

Defende-se que na redação do art. 16 seja acrescido o art. 2º, VI da Lei 10.257/2001.

- **Acréscimo no art. 17:**

Defende-se que, em razão do Princípio da Prevenção e dos objetivos da zona de Proteção ambientais, conforme estabelecido no art. 17 do Plano Diretor de Natal, na redação do art. 17 seja acrescido um parágrafo para deixar claro que no caso da impossibilidade de se usar prescrições urbanísticas diferenciadas, devem ser aplicadas as prescrições urbanísticas mais restritivas.

- **Acréscimo no art. XX:**

A data de referência que deve ser utilizada para qualquer possível regularização na ZPA deve levar em conta a data de publicação da Lei Complementar 082/2007, que dispõe sobre o Plano Diretor de Natal, em razão do Art. 19 do Plano Diretor em vigor.

- **Supressão artigos relacionados a criação e atuação do Conselho Gestor**

O Ministério Público não entende cabível a instituição de um Conselho Gestor para a ZPA, uma vez que não há essa previsão na Lei Complementar 082/2007, que dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e a ZPA como um todo não se caracteriza como uma Unidade de Conservação.

## **ANEXO II - Apontamentos sobre o subzonamento proposto**

- **Inclusão das Subzonas de Conservação 2, 3 e 7 na Subzona de preservação, ou sua inclusão no Art. 10 da proposta de lei, que apresenta usos mais adequados às características ambientais das referidas áreas.**

Considerando o objetivo das Zonas de Proteção Ambientais, *“a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade deve ser considerada como prioritária no momento do zoneamento e da regulamentação”*, conforme o artigo 17 do Plano Diretor de Natal, e Complementar 082/2007, o Ministério Público verifica a necessidade de retificação no zoneamento proposto no Anteprojeto de Lei da ZPA 9 (Versão revisada em 2016), em especial, nas áreas delimitadas como SC2, SC3 e SC7.

Segundo os estudos ambientais realizados no Laudo Técnico da UFRN/FUNPEC (Implicações ambientais e urbanísticas decorrentes da Proposta de regulamentação da Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA9), Município de Natal, RN. 2012), as referidas subzonas estavam incluídas nas áreas de proteção integral, consequentemente, delimitadas como Subzonas de Preservação, que apresenta características ambientais mais adequadas às áreas.

Consta ainda, que as referidas áreas possuem cobertura vegetal classificada como restinga arbustiva, considerada integrante do Bioma Mata Atlântica (art. 2º da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006).

Diante destas considerações, o Ministério Público reitera o zoneamento proposto no laudo, em especial, na manutenção das áreas classificadas como Subzona de Preservação (SP) e alteradas, no Anteprojeto de Lei (revisado em 2016), para a classificação de Subzonas de Conservação 2, Subzonas de Conservação 3 e Subzonas de Conservação 7. Por fim, avalia cabível a manutenção das áreas como subzona de conservação, desde que seja incluída ao Art 10 do Anteprojeto de Lei, que determina usos mais adequados as características ambientais das áreas em questão.